



## PARTE J1

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Autoridade Tributária e Aduaneira

#### Aviso n.º 5352/2014

Nos termos previstos no n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e por despacho do diretor-geral, de 12 de abril de 2013, faz-se público que a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) vai proceder à abertura, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia da publicitação na bolsa de emprego público (BEP), de procedimento concursal de recrutamento para seleção de um dirigente intermédio de 1.º grau, com as atribuições constantes no artigo 3.º da Portaria n.º 320-A/2011, de 30 de dezembro, referente ao cargo de diretor de serviços do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

A indicação dos requisitos formais de provimento, do perfil pretendido, da composição do júri e dos métodos de seleção serão publicitados na BEP, conforme disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, no prazo de dois dias úteis a contar da publicação do presente aviso.

14 de abril de 2014. — O Chefe de Divisão, *Manuel Silveiras Pinheiro*.  
207764267

### MUNICÍPIO DE SINTRA

#### Aviso (extrato) n.º 5353/2014

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pelo artigo 7.º da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e adaptada à administração local por força do artigo 1.º da Lei n.º 49/2012,

de 29 de agosto, torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara, de 17 de março de 2014, exarado no uso de competências em matéria de superintendência na gestão e direção do pessoal ao serviço do município, conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi autorizada a abertura de procedimentos concursais tendentes ao recrutamento para provimento, em regime de comissão de serviço, dos seguintes cargos de direção intermédia de 1.º grau da Câmara Municipal de Sintra, nos exatos termos e condições melhor definidos em aviso a publicar na bolsa de emprego público, no 2.º dia útil seguinte à publicação do presente aviso no *Diário da República*:

Diretor do Departamento de Segurança e Emergência;  
Diretor do Departamento de Gestão do Território;  
Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Património;  
Coordenador do Gabinete Jurídico e de Notariado;  
Coordenador do Gabinete AUGI — Áreas Urbanas de Génese Ilegal;  
Diretor do Departamento de Solidariedade e Inovação Social;  
Diretor do Departamento de Obras Municipais e Gestão do Espaço Público;  
Diretor do Departamento de Cultura, Juventude e Desporto;  
Coordenador do Gabinete de Contratação Pública.

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 de abril de 2014. — Por subdelegação de competências, conferida pelo despacho n.º 1-PM/2013, de 29 de outubro, a Diretora do Departamento de Recursos Humanos, *Dr.ª Maria de Jesus Camões Coias Gomes*.  
307760532



## PARTE J3

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direção-Geral da Administração e do Emprego Público

#### Aviso n.º 5354/2014

**Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública celebrado entre a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública e o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P. — Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2010 — Alteração da constituição da Comissão Paritária.**

Nos termos e para os efeitos da Cláusula 9.ª do Acordo Coletivo de Trabalho acima identificado, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 85, Parte J3, de 3 de maio de 2010, informa-se que um dos membros da respetiva Comissão Paritária, Maria do Céu Dias Gonçalves Monteiro, designada pela associação sindical, foi substituída por Maria Augusta Ascensão Ferreira Torres

A Comissão Paritária do ACT n.º 1/2010, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 8, Parte J3, de 12 de janeiro de 2011, e retificada pela Declaração de Retificação n.º 229/2011, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 20, Parte J3, de 28 de janeiro de 2011, passa, assim, a ter a seguinte composição:

Em representação da Entidade Empregadora Pública:

Maria Isabel Galvão Grilo.  
Teresa Paula Mota Raimundo

Em representação da Associação Sindical:

Luís Pedro Correia Pesca.  
Maria Augusta Ascensão Ferreira Torres

9 de abril de 2014. — A Diretora-Geral, *Maria Joana de Andrade Ramos*.

207762744

#### Aviso n.º 5355/2014

**Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública celebrado entre a Direção-Geral de Veterinária e a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública — Acordo Coletivo de Trabalho n.º 2/2011 — Alteração da constituição da Comissão Paritária.**

Nos termos e para os efeitos da Cláusula 15.ª do Acordo Coletivo de Trabalho acima identificado, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 88, Parte J3, de 6 de maio de 2011, informa-se que um dos membros da respetiva Comissão Paritária, Maria do Céu Dias Gonçalves Monteiro, designada pela associação sindical, foi substituída por João Carlos Costa Rodrigues.

A Comissão Paritária do ACT n.º 2/2011, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 126, Parte J3, de 4 de julho de 2011, passa, assim, a ter a seguinte composição:

Em representação da Entidade Empregadora Pública:

Luísa Sá Gomes  
Maria João Camões Gouveia  
Rui Manuel Caneira Pereira

Em representação da Associação Sindical:

João Carlos Costa Rodrigues  
Luís Pedro Correia Pesca  
José Rui Pereira Silva Raposo

9 de abril de 2014. — A Diretora-Geral, *Maria Joana de Andrade Ramos*.

207762752